
Da Zona Sul ao Subúrbio:

o mapa da festa. Por uma reconstrução holística do cotidiano dos trabalhadores cariocas, 1900-1920

*Marco Marques Pestana**

Resumo: O objetivo principal deste artigo é contribuir para o entendimento do processo de formação da classe trabalhadora carioca nas duas primeiras décadas do século XX. Para tal, são investigadas as associações recreativas formadas, frequentadas e mantidas pelos trabalhadores do período em questão. Busca-se, assim, compreender de que maneira as referidas associações se articularam com outros aspectos da experiência dos trabalhadores, como, por exemplo, os empregos e os locais de moradia, evidenciando a conexão entre as diversas esferas da realidade por eles vivenciada e a complexidade inerente a qualquer processo de formação da classe.

Palavras-chave: Formação da classe trabalhadora; Associações recreativas; História do Rio de Janeiro

Abstract: This article aims to contribute to the understanding of the Rio de Janeiro's working class formation process in the first two decades of the twentieth century. In order to accomplish that goal, the investigation focuses on the recreational associations created, maintained and frequented by carioca workers in that period. It is intended to establish an accurate comprehension of how the forementioned associations were related to other aspects in those workers social experience (such as their jobs and places where they lived), making evident not only the connections between many levels of the social reality in which they were inserted, but also the complexity inherent to any working class formation process.

Keywords: Working class formation; Recreational associations; Rio de Janeiro's history

INTRODUÇÃO: DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

Tradicionalmente, a historiografia brasileira tendeu a tratar de maneira distinta as classes subalternas nacionais, dependendo do aspecto enfocado de sua experiência social. Assim, o dia-a-dia, nos locais de trabalho e em ambientes correlatos, foi, geralmente, analisado com base no conceito de "classe", sendo, portanto, os trabalhadores o foco primordial dos estudos voltados para esse aspecto da subalternidade. O cotidiano desses mesmos trabalhadores, quando em seus

* Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2009.

momentos mais afastados do trabalho – por exemplo, nos locais de moradia e nos movimentos políticos, não diretamente, conectados a questões do trabalho, mas, principalmente, nos espaços e nos momentos voltados para o lazer e a cultura de modo geral –, tem sido, geralmente, conceituado em termos de uma designação genérica de “popular”¹.

Esse tipo de procedimento analítico é evidenciado, particularmente, nas pesquisas voltadas para a Primeira República, período que foi, especialmente, prolífico em manifestações culturais, relativamente, autônomas por parte dos trabalhadores². Uma consequência óbvia dessa linha de análise é a “cisão dos subalternos”, isto é, uma incapacidade de perceber todas as dimensões de sua experiência social coletiva como inter-relacionadas e subsumidas a uma lógica que tende à totalização. Leonardo Pereira, em um pequeno artigo, além de discutir essa questão com precisão, fornece exemplos claros desse tipo de enfoque, ao mencionar trabalhos voltados para a análise do carnaval em diferentes cidades do Brasil³.

Em um período como o enfocado por este trabalho – as duas primeiras décadas do século XX –, em que o capitalismo acelerava a sua consolidação, no Brasil, e, no Rio de Janeiro em especial⁴, tal visão cindida torna-se ainda mais contraproducente, na medida em que se opõe à própria forma social que então se afirmava. Isso porque um elemento constitutivo do mecanismo do funcionamento do capital, como relação social estruturante, é, justamente, sua necessidade de se expandir, colonizando, cada vez mais, aspectos da realidade social, os quais subordina aos seus próprios imperativos de desenvolvimento⁵. Para o caso carioca, esse processo foi sintetizado por Sidney Chalhoub, ao afirmar que

¹ Uma importante crítica a essa noção foi colocada por THOMPSON, Edward P. *Cultura e costume*. In: *Ibidem. _Costumes em comum_*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17. “[...] precisamos ter cuidado quanto a generalizações como ‘cultura popular’. Esta pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura [...]. Mas uma cultura é também [...] uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um ‘sistema’”. Ironicamente, apesar dessa clara advertência de Thompson, o historiador inglês é, recorrentemente, utilizado como suporte teórico em trabalhos que operam nesse paradigma do “popular”.

² FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria, nem patrão!:* memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: UNESP, 2002, p. 41.

³ PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922). Terceira Margem*. Rio de Janeiro: [s.e.], Ano X, nº 14, p.169-180, janeiro-junho de 2006, pp. 171-172.

⁴ Cf., por exemplo, CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: UNICAMP, 2001.; ou SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. Especialmente, o primeiro capítulo.

⁵ Esse tema é tratado, em diversos dos textos que compõem a coletânea MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009. A título de exemplo, pode-se citar apenas a seguinte

O controle social numa sociedade capitalista procura abarcar todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano; este controle se exerce desde a tentativa do estabelecimento da rígida disciplina do espaço e do tempo na situação de trabalho até a tentativa de normatizar ou regular as relações de amor e família, passando, nos interstícios, pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídico e policial [...] Em todas estas esferas da vida, contudo, o que se tem é a explicitação de um mesmo tipo de controle – aquele necessário à reprodução e perpetuação de relações capitalistas de produção [...] ⁶.

Trata-se, portanto, de um contexto em que uma poderosa força social opera no sentido de subsumir a experiência dos trabalhadores em sua totalidade, tendendo a homogeneizá-la em um sentido amplo. Nesse sentido, o objetivo de fundo deste artigo é buscar apresentar uma visão “unificada” – e, portanto, dotada de coerência, ainda que não livre de contradições, como será visto – dos trabalhadores cariocas e de sua experiência como classe, nas duas primeiras décadas do século XX, estabelecendo um contraponto à mencionada visão “cindida”. Tal esforço não pressupõe, no entanto, a afirmação de um determinismo unilateral. Pelo contrário, o mesmo será levado a cabo através da análise de um elemento específico de sua vivência, o qual será utilizado como ponto de partida para a observação das determinações mútuas sofridas e exercidas pelos múltiplos aspectos de sua experiência, cada qual eivado de suas contradições particulares ⁷. O aspecto, a ser analisado, mais pormenorizadamente, é o das associações com fins “culturais” mantidas pelos trabalhadores, no Rio de Janeiro, nas duas primeiras décadas do século XX. Embora muitas associações bastante diferentes entre si possam ser amalgamadas sob esse rótulo generalizante – desde instituições de ensino e bibliotecas a clubes de futebol –, optou-se por conferir maior ênfase àquelas que se apresentassem como alternativas de lazer não esportivo ⁸ para

passagem: “[...] Marx demonstrou que a força bruta do determinismo econômico, desencadeada pelas desumanizadoras necessidades da produção do capital, impera sobre todos os aspectos da vida humana [...]”. p. 73.

⁶ CHALHOUB, Sidney. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar...* op. cit., pp. 148-149.

⁷ A ideia de determinação mútua entre os diversos “níveis” da realidade social é trabalhada com rigor por THOMPSON, Edward Palmer. *Folclore, Antropologia e História Social*. In: *Ibidem. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. Especialmente, pp. 252-263.

⁸ A opção por excluir as sociedades voltadas, primordialmente, para práticas desportivas deve-se, fundamentalmente, a dois fatores. De um lado, está o fato de que essas atividades ocorriam em moldes distintos daquelas apresentadas por bailes, por peças de teatro, etc. – elas ocorriam ao ar livre, o aspecto da competição tinha grande importância formal, entre outros. De outro, os clubes de futebol, principais agremiações esportivas constituídas pelos trabalhadores cariocas em princípios do século XX, só foram definitivamente abraçados pelos trabalhadores cariocas em finais dos anos 1910, quando esse trabalho se encerra. Sobre esse último dado, cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 16.

aqueles trabalhadores, como, por exemplo, blocos carnavalescos, clubes dançantes, grupos de teatro, bandas musicais, entre outros. Dados a complexidade desse universo associativo – que, para um exame minimamente exaustivo, requereria um trabalho de muito mais fôlego – e o objetivo acima enunciado, optou-se por privilegiar, na análise dessas agremiações, seus aspectos sociais, em detrimento daqueles simbólicos, centrando-a na busca pelo entendimento das formas de organização das associações: quem eram seus membros, por que as organizavam, como as organizavam, quais eram seus vínculos com a experiência fora de seus limites, etc. Considerando-se as premissas, anteriormente, mencionadas, esse intento traduziu-se, de maneira mais prática, no esforço por compreender de que forma aspectos, como, por exemplo, os locais de moradia, os tipos de atividade profissional e os padrões de relação com o patronato e as classes dominantes, de maneira geral, influenciaram a moldagem da sociabilidade construída no bojo dessas associações.

Deve-se, ainda, ter em conta que a análise das mencionadas associações, em relação direta ao processo de afirmação de uma ordem capitalista, no Rio de Janeiro, não significa que a constituição das mesmas – bem como a ação dos trabalhadores nos demais espaços de sua vivência – seja, totalmente, subordinada a essa lógica que procura afirmar-se. Justamente, por se tratar de um processo que não ocorre sem luta, as ações de resistência, por parte dos trabalhadores, são tão observáveis quanto seus momentos de aceitação do que se lhes busca impor, em um processo bastante tenso, do qual a classe emerge como um sujeito coletivo dotado de uma consciência correspondente a essa situação⁹. Beatriz Ana Loner, em seu estudo sobre trabalhadores das cidades de Pelotas e de Rio Grande, conseguiu captar o sentido adquirido por esse tipo de associação cultural no processo de formação de uma classe trabalhadora, ao afirmar que as mesmas funcionavam como meio de socialização das crianças, eram difusoras e mantenedoras de tradições, locais de confraternização e de convívio entre iguais, contribuindo para manter ou construir uma identidade própria¹⁰.

Por fim, a abordagem comparativa, possibilitada pelo exame das associações de três regiões distintas da cidade – a parte da região central, composta pelos distritos de Santana, de Santa Rita e de Espírito Santo, o distrito suburbano de Inhaúma, e, finalmente, a região fabril do distrito da Gávea –¹¹, permitirá perceber, ao menos em

⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

¹⁰ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. Universitária, 2001, p. 96.

¹¹ As referências à geografia da cidade do Rio de Janeiro, neste trabalho, foram feitas tendo por base a sua divisão em distritos, efetuada em princípios da década de 1890. MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver*

parte, a complexidade inerente a qualquer processo de formação de classes, escapando a visões simplistas, que tendem a enxergar uma classe como ente, absolutamente, homogêneo, ou, em um procedimento análogo, porém de sentido inverso, negar a existência da classe, em casos de heterogeneidade constitutiva do sujeito coletivo, como é, evidentemente, o caso carioca, em que negros, imigrantes e brancos misturavam-se na composição da classe trabalhadora.

Para facilitar a exposição e a compreensão, optou-se por dividir o texto que segue esta introdução em outros cinco tópicos. O primeiro tece algumas considerações acerca das fontes utilizadas para a confecção deste trabalho, bem como da metodologia empregada para sua análise. Os três seguintes concentram-se, respectivamente, em cada uma das três regiões mencionadas, ressaltando as especificidades verificáveis nas associações de cada uma delas. Na última parte, são esboçadas algumas conclusões que puderam ser construídas ao longo do processo desta pesquisa.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE NATUREZA METODOLÓGICA

Sendo este um trabalho voltado para a compreensão do associativismo cultural como parte importante do processo de formação da classe trabalhadora carioca, optou-se por utilizar, como principais fontes, os periódicos editados por militantes vinculados à causa dos trabalhadores¹², como forma de valorizar o olhar de atores diretamente envolvidos no processo¹³. No entanto, não sendo este um trabalho voltado, especificamente, para o estudo desses militantes periodistas, no decorrer da pesquisa, as associações localizadas, nos periódicos, foram buscadas no banco de dados “Clubes e Sociedades”, produzido por uma equipe de pesquisadores vinculados ao Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT), sediado no IFCH da UNICAMP. Esse procedimento objetivou, de um lado, diversificar o leque de fontes

nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). Campinas: UNICAMP, (Dissertação, Mestrado, 2008, p. 1.

¹² Os periódicos consultados, de acordo com o período dos exemplares disponíveis na Biblioteca Nacional indicar a seção, foram: *Gazeta Operária* (1902-1903; 1906), *A Nação* (1903-1904), *Avante* (1904), *O Libertário* (1904), *O Artista* (1905), *Semana Operaria* (1907), *O Archote* (1908), *Avante* (1908), *O Operário*: órgão dos operários (1908-1909), *A Voz do Trabalhador* (1908-1909; 1913-1915), *O Independente* (1909), *A Tribuna do Povo* (1909), *O Compedor* (1909), *O Echo do Mar* (1909), *Liberdade!* (1909), *O Figaro* (1909), *O Baluarte* (1910), *O Operário* (1910), *Correio Operário* (1910), *Rio de Janeiro* (1910), *O Internacional* (1911), *A Semana* (1911), *A Voz do Povo* (1911), *A Guerra Social* (1911), *A União* (1911), *O Graphico* (1916-1919), *O Debate* (1917).

¹³ Note-se ainda que um estímulo extra à utilização dessas fontes deveu-se ao fato de serem as mesmas muito pouco exploradas em trabalhos de temática similar a deste.

analisadas¹⁴, permitindo uma apreensão mais completa do objeto, e, de outro, preencher as lacunas deixadas pelos registros dos periódicos, que eram, por vezes, excessivamente concisos.

Uma dificuldade adicional, encontrada no manejo dos periódicos militantes do período entre 1900 e 1920, deveu-se à sua pouca durabilidade. Frequentemente, fruto do esforço de pequenos grupos – organizados, ou não, em associações de classe¹⁵ – e dependentes do volume de suas vendas para continuarem existindo – um significativo entrave em função dos baixos salários percebidos pela maioria dos trabalhadores cariocas do período –, muitos dos jornais examinados tiveram existência bastante efêmera, algumas vezes, não passando sequer do primeiro número¹⁶. Em alguns casos de periódicos mais longevos, no entanto, a coleção disponível, na Biblioteca Nacional, não contém mais do que alguns exemplares¹⁷.

Via de regra, os jornais que conseguiram levar a público um número mais significativo de edições – o que, não obstante, não significou sempre que tenham durado mais do que alguns meses – foram aqueles vinculados a organizações mais solidamente estabelecidas. Tal foi o caso de *A Nação* e da *Gazeta Operária* – principalmente, em sua primeira fase –, ambos ligados ao CCO (Centro das Classes Operárias), um organismo socialista, que visava a dar suporte às lutas dos trabalhadores cariocas de variadas maneiras, tendo sido muito influente na conjuntura da Revolta da Vacina¹⁸. Entre setembro de 1902 e fevereiro de 1904, os dois jornais, juntos, publicaram 88 edições, estando 87 disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional. Embora sua coleção seja um pouco menor, contando com 71 exemplares, o jornal *A Voz do Trabalhador*, publicado pela Confederação Operária Brasileira¹⁹, órgão dominado pelos anarquistas, foi o mais duradouro de todos os examinados. Principal meio de propaganda anarquista, no todo o período analisado, *A Voz do Trabalhador*

¹⁴ Nesse banco de dados, predominam documentos produzidos pela força policial carioca do período, além de jornais e de revistas não vinculados a militantes. As fontes consultadas através da base de dados foram citadas de acordo com o modo como esta as apresentava.

¹⁵ Embora diversos periódicos tenham se definido como representantes de determinadas categorias de trabalhadores, os únicos que, explicitamente, vincularam-se a organizações de classe foram: *O Graphico*, publicado entre 1916 e 1919, sob os auspícios da Associação Graphica do Rio de Janeiro, que, no mencionado período, foi presidida pelo militante João Leuenroth e *O Echo do Mar*, autointitulado “propriedade das associações de marinheiros e remadores e da União dos Foguistas”.

¹⁶ Os periódicos, dos quais a Biblioteca Nacional dispõe apenas do primeiro número, não havendo evidência de que tenham a ele sobrevivido são: *O Libertario*, *O Artista* e *O Independente*.

¹⁷ Foram encontradas lacunas mais significativas referentes a edições dos seguintes periódicos: *O Figaro* (foram encontradas apenas as edições de números 30 e 31), *O Operario*: órgão dos operarios (faltam os números de 1 a 8) e *O Operario* (a Biblioteca dispõe apenas da edição de número 23).

¹⁸ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, pp. 65-66. BATALHA, Cláudio H. M. (org.). *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 203.

¹⁹ Mais informações sobre a COB podem ser obtidas em: *Ibidem*, loc. cit., p. 218.

foi editado entre 1908 e 1909, sendo retomado, entre 1913 e 1915, com uma numeração sequencial. Essa descontinuidade que se verifica, nos jornais militantes, tem o efeito de tornar complicado o acompanhamento do funcionamento das associações ao longo do tempo, uma vez que cada jornal tendia a publicar, repetidamente, as atividades de determinadas sociedades, provavelmente daquelas com as quais seus redatores mantivessem alguma espécie de vínculo, fosse ele político ou não.

Uma última característica relacionada à natureza das fontes consultadas refere-se à concentração desse periódicos militantes em determinados anos – especialmente, no início e no fim dos vinte anos enfocados, períodos em que também ocorreram os dois principais ciclos grevistas ao longo de toda a Primeira República²⁰ –, bem como do acúmulo de seus exemplares em determinados meses dos anos, *grosso modo*, entre outubro e janeiro.

Em uma apreciação mais qualitativa do conteúdo das fontes militantes, pode-se, igualmente, esboçar algumas características comuns. Destaca-se, nesse sentido, o fato de que as mesmas realizam, de modo geral, retratos bastante favoráveis às práticas e aos valores produzidos e reproduzidos no âmbito das associações. Por sua vez, a percepção do compartilhamento de um ponto de vista geral e comum não impede, evidentemente, que sejam percebidas muitas singularidades que marcam cada um dos 27 jornais examinados. Publicados em conjunturas políticas e econômicas distintas, ao longo dos vinte anos abordados por este trabalho, fruto da ação de militantes de orientações políticas, muitas vezes bastante diferentes entre si e vinculados a diferentes organizações ou associações de classe, cada um deles apresenta, certamente, um determinado número de peculiaridades que devem ser levadas em conta em sua análise.

Tal é o caso daqueles periódicos mantidos por militantes anarquistas, corretamente, percebidos, pela bibliografia especializada, como mais críticos a esses divertimentos²¹. Apesar de sua posição, no período, ter sido predominantemente contrária ao modo de funcionamento das associações com fins recreativos, podem ser, igualmente, encontradas referências positivas às atividades típicas do associativismo dos trabalhadores cariocas de inícios do século XX, contrastando com as críticas a

²⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 27.

²¹ Para o caso de São Paulo, onde os anarquistas tiveram ainda mais força política do que no Rio de Janeiro, pode-se consultar as obras de FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria...* op. cit., ou de SIQUEIRA, Uassyr. *Entre sindicatos, clubes e botequins: identidade, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)*. Campinas: UNICAMP, Tese, Doutorado, 2008, p. 85 e pp. 125-129. Sobre o Rio de Janeiro, cf. GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* op. cit., pp. 81-125.

aspectos formais desses divertimentos – como, por exemplo, à ausência de acompanhamento musical em uma peça encenada pelos amadores do Gremio D. J. Alencar²², situado no Engenho de Dentro – ou à própria existência dos mesmos – por exemplo, como a condenação das “imoralidades” que eram praticadas pelos trabalhadores durante o carnaval²³. Na própria *Voz do Trabalhador*, principal baluarte da imprensa anarquista do período, podem ser localizados anúncios de festas com bailes²⁴, um divertimento normalmente criticado pelos anarquistas. Um outro exemplo interessante é fornecido pelo periódico *O Graphico*, publicado sob os auspícios da Associação Gráfica do Rio de Janeiro entre 1916 e 1919. Mesmo tendo sido a AGRJ presidida, de 1915 a 1918, por João Leuenroth – cuja proximidade com o anarquismo ultrapassava o fato de ser irmão do notório militante libertário Edgard Leuenroth, tendo João sido tesoureiro da COB no período entre 1913 e 1915 –, o jornal da Associação não deixou de publicizar a proximidade que mantinha com sociedades voltadas para atividades recreativas²⁵. Por fim, note-se que, mesmo em momentos em que deploravam certos divertimentos comuns à maioria dos trabalhadores cariocas, os militantes anarquistas, por vezes, buscaram reinstrumentalizá-los para seus fins, ao invés de, simplesmente, condená-los²⁶.

Essa matização da atitude anarquista perante as associações recreativas, antes de mera inconsistência entre teoria e prática, deve ser enxergada como parte do esforço geral da parcela militante dos trabalhadores para a consolidação de laços de identidade e de solidariedade entre a classe. Tal esforço, por parte dos militantes, para além da divulgação, nas páginas de seus jornais, das atividades com fins culturais das associações, pode ser igualmente verificado na frequência com que os associados e os dirigentes de sindicatos e de mutuais se mobilizaram para fundar e/ou participar de associações voltadas para o lazer²⁷. No universo dos periódicos aqui enfocados, a

²² Em todos os casos, a grafia dos nomes das associações foi reproduzida das fontes inalteradamente.

²³ A primeira crítica encontra-se em *Semana Operária*. Rio de Janeiro. nº 5 (p. 3). 03/06/1907; ao passo que a segunda foi localizada em artigo publicado em *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro. nº 49 (p. 2). 15/02/1914.

²⁴ *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro. nº 16 (p. 4). 03/08/1909.

²⁵ *O Graphico*. Rio de Janeiro. nº 21 (p. 2). 01/11/1916.

²⁶ Um importante exemplo dessa atitude pode ser localizado no artigo publicado em *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro. nº 58 (p. 1). 05/07/1914., no qual o autor defende a utilização do “Cinematógrafo do Povo” como forma de contrabalançar a influência considerada nociva e que era exercida pelas películas usualmente exibidas.

²⁷ Érika Arantes, por exemplo, estudou o cruzamento dos membros das associações de diferentes tipos, militantes e recreativas, entre os trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, encontrando diversos casos de dupla filiação. ARANTES, Érika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Campinas: UNICAMP, Dissertação, Mestrado, 2005, p. 140. As reflexões do autor deste artigo sobre o tema podem ser encontradas, de forma mais elaborada, em PESTANA, Marco M. *Trabalho, cidade e cultura: associações recreativas de trabalhadores cariocas, 1900-1920*. Niterói: UFF, (Monografia, trabalho de conclusão de curso), 2009. Especialmente o capítulo 2.

mesma convergência pode ser observada no caso das Associações de Marinheiros e Remadores e da União dos Foguistas, grupos responsáveis pela publicação do jornal *O Echo do Mar*, que, por sua vez, noticiou atividades da Sociedade Dansante Marítimos Carnavalescos²⁸, constituída em óbvia relação às categorias profissionais dos responsáveis pelo periódico e pelas Associações de caráter político e/ou profissional. Dessa forma, as práticas e os valores culturais sustentados pelos trabalhadores militantes parecem ter sustentado uma relação bem mais complexa com os equivalentes defendidos pelos demais membros da classe do que a forte oposição demarcada por trabalhos como o de Leonardo Pereira²⁹.

Por fim, cabe ressaltar que, se, de um lado, a relativa proximidade dos agentes que produziram esses jornais – todos vinculados à militância operária – limita, de alguma forma, o arco de opiniões com as quais estamos lidando, de outro, a mesma proximidade mostra-se um trunfo para a abordagem comparativa proposta para as seções subsequentes desse artigo. A perspectiva, minimamente comum dos periodistas, permite que sejam acompanhadas as variações entre as características das associações de cada uma das regiões selecionadas através de um referencial menos oscilante de observação. E, tendo esses periodistas inequivocamente dirigido seus artigos e suas matérias para seus companheiros, no processo de formação da classe trabalhadora carioca, há várias razões para supor que as associações mencionadas, nos jornais, eram de interesse – se não sendo constituídas pelos próprios, abertas a sua frequência – de, ao menos, alguma parcela dos trabalhadores da cidade, a não ser em caso de explícita menção em contrário.

Feitos esses breves comentários sobre as fontes empregadas na análise, bem como dos agentes sociais responsáveis por sua produção, parte-se, agora, para as considerações acerca das associações culturais dos trabalhadores cariocas e da sua inserção no cotidiano dos mesmos.

CIDADE NOVA E ZONA PORTUÁRIA: ESTIGMA SOCIAL E ABUNDÂNCIA ASSOCIATIVA

Dentre as três regiões selecionadas para este exame, a região central do Rio de Janeiro é, certamente, aquela que possui maior acúmulo de trabalhos na historiografia sobre o período entre 1900 e 1920. Alguns fatores contribuíram para essa concentração dos estudos em um recorte espacial mais limitado. Em primeiro lugar, o

²⁸ *O Echo do Mar*. Rio de Janeiro. nº 15 (p. 4). 23/10/1909; nº 22 (p. 3). 11/12/1909.

²⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de M. A Flor... op. cit., pp. 172-174.

Centro da cidade foi o palco principal, ainda que não o único, das reformas e das regulações impostas pela administração de Pereira Passos em sua associação com o governo de Rodrigues Alves, bem como por seus sucessores. Em segundo lugar, apesar do deslocamento de grandes contingentes populacionais para outras áreas em função da remodelação do Centro, em especial, pelo ataque às habitações coletivas da região, essa permaneceu sendo a área mais populosa do Rio – em larga medida, devido às favelas que, então, se formaram –, tendo, em 1906, 300.314 (37%) dos 811.443 habitantes da cidade³⁰. Por fim, trata-se de uma área em que as formas de sociabilidade cotidiana e as manifestações culturais da classe trabalhadora, especialmente, no que se refere a práticas ligadas ao universo cultural afro-brasileiro, as quais têm seus exemplo mais conhecidos nos zungus e nas Tias baianas, que estiveram na origem da denominação de Pequena África, conferida a determinada região do Centro da cidade, encontravam-se enraizadas desde os anos finais do Império. Todos esses são elementos que concorreram para a já mencionada atração dos pesquisadores por aquela área do Rio de Janeiro, ainda que cada um deles tenha dado ensejo a trabalhos com objetos e com olhares diversos.

A área compreendida pelos distritos de Santana, de Santa Rita e de Espírito Santo destaca-se pelo número de sociedades. A título de exemplo, vale destacar que, das 360 agremiações carnavalescas localizadas, em toda a cidade, por Maria Clementina, entre 1901 e 1910, 147 delas – 40% do total de associações, em uma região que continha 22% da população – encontravam-se nessa área, descrita como a

parcela do centro com maior densidade populacional, onde se concentravam negros e imigrantes pobres, situada nas imediações do porto e acima do Campo de Santana, repleta de cortiços, candomblés, maltas de capoeiras e habitada também pela parte da população negra egressa da chamada 'diáspora baiana'.³¹

Essa concentração de associações de trabalhadores, aliada ao fato de ser uma região tradicionalmente associada às classes subalternas – muito em função do bolsão de preservação da cultura negra já mencionado –, justifica, então, que as observações sejam agrupadas nesses três distritos. O grande número de negros e de pobres habitando nessa área, além de ter servido de base para a constituição de certas relações específicas a ela, esteve na raiz, também, da imagem, socialmente, hegemônica que se construiu a seu respeito. Sendo a herança cultural afro-brasileira

³⁰ MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos...* op. cit., pp. 34-35.

³¹ CUNHA, Maria Clementina P. *Ecôs da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 165-166.

associada e reivindicada por grande parte da classe trabalhadora carioca, ela era tomada, pelas classes dominantes, como um empecilho à constituição de uma força de trabalho disciplinada e pronta a aderir aos valores da “civilização” importados da Europa. A região em questão, portanto, não poderia deixar de atrair a antipatia dos intelectuais e dos propagandistas vinculados à elite carioca.

O período enfocado por esse trabalho viu ainda um novo elemento ser adicionado ao discurso depreciativo que se construía em torno dessa região e de grande parte de seus habitantes. Como resultado da fúria demolidora do *bota-abaixo*, muitos trabalhadores, não querendo se distanciar de seus empregos e de suas redes de sociabilidade, tiveram as favelas, que então nasciam, como única alternativa de permanência na região central da cidade. A multiplicação desses espaços fez-se acompanhar de

uma plêiade de representações pejorativas, sendo elas: a do *território das 'classes perigosas'*, a do *sítio de epidemias locais*, a da *outra cidade incrustada no Rio de Janeiro*, a do *espaço de pessoas carentes excluídas do progresso*, a do *sertão contraposto à modernidade*, a do *local da herança africana e do atraso*, e, finalmente, a da *vergonha estética*. Dentre essas imagens, a mais forte era a do *território das 'classes perigosas'*, que tendia a se aliar às demais, aumentando seu poder de impacto.³²

Se os moradores dessas favelas e do restante da zona portuária eram tidos como componentes das “classe perigosas”, responsáveis pela propagação de epidemias, portadores da essência do atraso nacional³³, certamente, sua organização em sociedades e em clubes não seria bem vista pela ideologia oficial. Tanto nos registros policiais, quanto nas reportagens da grande imprensa, as sociedades de trabalhadores localizadas nessa parte da área central da cidade aparecem como um dos principais focos de preocupação de seus observadores. Não à toa, difundiu-se, pelos periódicos de maior circulação do período, a imagem de que os cordões, o tipo de agremiação carnavalesca associado à herança africana e à violência dos subalternos, seriam uma forma associativa exclusiva da região da Cidade Nova e da

³² MATTOS, Rômulo Costa. *A “aldeia do mal”*: o morro da favela e a construção social das favelas durante a primeira república. Niterói: UFF, (Dissertação, Mestrado, 2004, Apud. MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e...* op. cit., p. 68. Destaque do autor.

³³ Note-se que, apesar da associação imediata das práticas culturais da região ao universo afro-brasileiro, a zona portuária era habitada e era frequentada também por muitos portugueses. Uma evidência dessa afirmação foi a luta entre brasileiros e portugueses pelo controle da diretoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Tal fato demonstra bem mais do que a presença esporádica de lusitanos na região, uma vez que seu peso entre os trabalhadores portuários era significativo a ponto de ensejar a vontade de controlar o sindicato da categoria. ARANTES, Érika Bastos. *O porto...* op. cit., p. 81.

zona portuária, quando, na verdade, esse tipo de associação difundiu-se, em maior ou menor grau, por toda a cidade³⁴. Para se ter uma aproximação do nível de suspeição que pairava sobre as sociedades dessa região, basta examinar o que sucedeu com a Sociedade Dramática Particular Furtado Coelho em agosto de 1904. Mesmo tendo sido acompanhado por uma autorização da tesoureira do Apostolado do Coração de Jesus da Matriz de Santa Rita, informando que 15% dos rendimentos da associação seriam destinados a essa instituição, seu pedido de “licença para realização de diversões recreativas”, foi indeferido pelo chefe de polícia A. Cardoso de Castro, sob a alegação de que a sociedade encobriria jogos proibidos³⁵.

Uma das formas encontradas pelos trabalhadores para se desvincularem da ideia de que eram violentos e para convencerem a autoridade policial a conceder permissões de funcionamento para suas sociedades foi nomeá-las de acordo com uma imagem, diametralmente, oposta, que remetia aos padrões de comportamento desejados pela elite “civilizada”. Apenas nessa região tratada, localizam-se sociedades com nomes bastante bucólicos, que não se relacionam aos estereótipos da violência ou do barbarismo, como, por exemplo, Amantes do Sereno, Amadores das Estrellas, Filhos da Linda Flor, Flor da Innocencia, Pombinhos de Ouro, Prazer dos Anjos, entre outros. Nem todas as agremiações, entretanto, foram tão diplomáticas na escolha de seus próprios nomes, por exemplo, como Endiabrados Carnavalescos e Triumpho dos Indios Brasileiros, títulos que evocavam, respectivamente, a temida fantasia de Diabo e os cucumbis, considerados, desde meados do século XIX, como alguns dos principais adversários do modelo de carnaval tido como civilizado pelas classes dominantes³⁶, ou mesmo as agremiações Rei das Chammas e Teimosos das Chammas, que se associavam ao fogo, elemento, tipicamente, visto como disruptivo, caótico e incontrolável. Em um outro registro, os nomes conferidos às sociedades foram, em muitos casos, índice do tipo de vínculo existente entre seus associados. Se clubes como o dos Paladinos da Cidade Nova ou o Filhos da Prainha enfatizavam a região em que se encontravam, sociedades como a dos Maritimos Carnavalescos vinculavam-se a determinadas categorias profissionais.

Em termos do mercado de trabalho local, deve-se destacar o papel desempenhado pelas atividades, direta e indiretamente, relacionadas ao porto da cidade. Com efeito, predominavam, no período, os empregados como os estivadores e os trabalhadores em trapiche e café, ambas categorias envolvidas com o movimento de carga e de descarga dos navios atracados. Sobre as condições gerais

³⁴ CUNHA, Maria Clementina P. *Ecos da...* op. cit., pp. 165-175.

³⁵ Arquivo Nacional – GIF – Fundo Polícia – GIF – 6C – 135.

³⁶ CUNHA, Maria Clementina P. *Ecos da...* op. cit., p. 171.

experimentadas por esses trabalhadores, duas observações parecem fundamentais. Em primeiro lugar, destaca-se a posição estratégica ocupada pelos portuários – e pelos trabalhadores do setor de transportes em geral – em uma economia na qual as atividades exportadoras tinham um peso significativo, o que lhes conferia um poder de barganha, relativamente alto em suas relações com o patronato³⁷. Em segundo lugar, o próprio ritmo do trabalho no porto – regulado pela quantidade, sempre variável, de material a ser carregado e descarregado – implicava em jornadas de trabalho irregulares. Essas, por sua vez, faziam com que algumas horas, ou mesmo dias, em cada semana, pudessem ser aproveitadas na construção de relações entre os trabalhadores, em outros espaços que não o de trabalho, como os bares da região e as sociedades recreativas. A existência desses tempos livres pode ter sido ampliada pela conquista do *closed shop*, que, se de um lado garantia um mínimo de trabalho aos sindicalizados, não os assoberbava com tarefas. De qualquer maneira, era importante que as horas extras fossem gastas perto do porto, uma vez que, a qualquer momento, um novo navio poderia chegar. Essa flutuação dos trabalhadores portuários foi um dos principais fatores responsáveis pela dificuldade experimentada pela polícia em estabelecer a distinção entre trabalhadores e “vadios”, a qual, por sua vez, esteve na raiz do fato de a zona portuária ter sido um espaço em que a repressão policial sobre os subalternos deu-se de forma particularmente forte³⁸.

No que se refere ao universo de agremiações localizadas, nos periódicos operários, 34 das 112 associações encontradas, equivalendo a 30% do total, localizavam-se nessa região enfocada. Se forem subtraídas as 35 associações cuja localidade não pode ser determinada, a representatividade da região cresce ainda mais, sendo 34 associações sobre um total de 77, o que equivale a 44% delas. Essa alta densidade de associações, em um espaço reduzido, quando comparado à totalidade da cidade, é responsável por algumas das primeiras características distintivas da vida associativa local, a proximidade entre as diversas associações. Em termos concretos, essa observação manifesta-se no fato de que foram encontrados 11 logradouros que continham duas ou mais associações recreativas. A travessa de São Diogo, a Praia Formosa, a rua João Caetano, a rua Visconde de Sapucaí, a rua General Caldwell, a rua Dr. Rego Barros e a rua América abrigaram, ao longo do período, duas associações

³⁷ Sidney Chalhoub é quem chama atenção para essa situação, potencialmente favorável dos portuários, em CHALHOUB, Sidney. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar...* op. cit., p. 153. Uma boa ilustração da efetividade adquirida por essa possibilidade foi o fato de que os trabalhadores do porto carioca conseguiram impor ao patronato, ainda nos primeiros anos do século XX, o *closed shop*, isto é, a garantia de que os trabalhadores sindicalizados tivessem maior preferência na contratação para os serviços no porto. ARANTES, Érika Bastos. *O porto...* op. cit., p. 85.

³⁸ Cf. *Ibidem*, especialmente o segundo capítulo, intitulado “União e resistência: conflitos e solidariedade no cais”.

cada uma. A rua do Pinto, a rua General Pedra e a rua Santo Cristo sediaram três agremiações cada. Por fim, a rua Bom Jardim aparece como recordista, tendo abrigado quatro associações.

A observação dos endereços das associações inventariadas através dos periódicos militantes permite, ainda, uma segunda observação acerca de suas características. Trata-se da mobilidade apresentada por essas associações, muitas vezes, em curtos espaços de tempo. Dentre os vários possíveis exemplos, pode-se atentar para o dos Amantes do Sereno, que, em 1904, encontravam-se sediados à rua Saldanha Marinho, nº 17, e, em 1906, apareciam na rua do Dr. Rego Barros, nº 35. Já os Endiabrados Carnavalescos, deslocaram-se, entre 1904 e 1907, da rua Bom Jardim, nº 53, para a rua Santo Cristo, nº 243. Como casos ainda mais extremos, observam-se o dos Filhos da Montanha Serrada que, entre 1904 e 1907, ocuparam três endereços – a Travessa de São Diogo e as ruas Bom Jardim e Dona Felicidade – e o do Club Carnavalesco Filhos da Linda Flor que, no mesmo ano de 1904, ocupou imóveis na Praia Formosa e na rua Pedro Alves.

Essa variação de endereços dá margem para o levantamento de diversas hipóteses acerca de suas razões, embora as fontes e a bibliografia consultadas não permitam estabelecer respostas com um grau mais elevado de certeza. Nesse sentido, a explicação que parece mais plausível é a de que muitas dessas associações só existissem durante uma pequena parte do ano – muito possivelmente, o carnaval e o período imediatamente anterior a ele, dedicado aos ensaios –, não dispondo, portanto, de sedes fixas³⁹. Nesse caso, os endereços atribuídos às sociedades poderiam corresponder, na verdade, a residências de membros mais ativos, ou mais bem vistos, da sociedade, dispostos a cedê-los, nominalmente, para que as licenças necessárias fossem obtidas junto à polícia.

Se forem examinados os endereços dos associados, percebe-se como o local de moradia destacava-se como um dos principais fatores de aglutinação dos trabalhadores em agremiações recreativas. A Sociedade Dansante Carnavalesca Filhos da Montanha Serrada, por exemplo, listou, em seu pedido de licença anual para sair no carnaval de 1906, 14 associados⁴⁰. Desses, cinco residiam à rua Alcântara, dois à travessa D. Carolina Pires, dois à rua Visconde de Sapucahy e um à rua Bom Jardim, onde também se localizava a sede da sociedade. Mais impressionante ainda é a concentração espacial dos membros do Club Carnavalesco Filhos da Prainha. Dos 20

³⁹ É interessante perceber que a força policial atuou, muitas vezes, justamente no sentido de restringir o período de atividade das associações. Em 1907, por exemplo, os ensaios das agremiações carnavalescas foram proibidos de acontecer antes de 20 de janeiro. CUNHA, Maria Clementina P. *Ecoss da...* op. cit., p. 199.

⁴⁰ Arquivo Nacional – GIFL – Fundo Polícia – Pacote 178 – Caixa 5359 – GIFL – 6C – 170.

associados apresentados à polícia, no mesmo ano de 1906, 17 deles residiam à rua Francisco Eugênio⁴¹. Nesse caso, a repetição de determinados números de residências localizadas nessa rua sugere que boa parte dos associados compartilhava habitações coletivas. O padrão repete-se ainda uma outra vez com a Sociedade Carnavalesca Novo Cupido de Ouro, ainda em 1906. A rua de sua sede, Dr. Carmo Netto, era habitada por quatro dos 17 associados, sendo que o endereço da associação era idêntico ao de seu presidente, Cícero França Xavier⁴².

O pequeno número de associados por agremiação que esses dados deixam entrever parece ter sido, igualmente, característico desse universo associativo. Em sua edição de 09/02/1904, o jornal *A Nação* publicou uma lista de algumas das associações existentes na 9ª circunscrição urbana, na qual são enunciados, também, os números de sócios de cada agremiação⁴³. Somando-se os associados das 27 sociedades listadas, encontra-se o total de 716 membros – como o jornal apresenta apenas números e não os nomes dos sócios, não foi possível verificar se as mesmas pessoas aparecem em diferentes associações –, o que dá uma média de cerca de 26 sócios por agremiação, com base em uma variação real de 12 a 68 sócios. Entretanto, é necessário observar que esses dados não representam a totalidade da região, estando restritos à zona sob jurisdição da 9ª circunscrição urbana. Além disso, os sócios formais não eram os únicos a se relacionarem com as associações, tanto em suas atividades ao longo do ano, como bailes, por exemplo, quanto em seus desfiles carnavalescos, no caso das agremiações que os organizavam. A maioria dos estatutos das sociedades garantia às famílias dos associados o acesso irrestrito às dependências e às atividades das agremiações. Também era praxe a venda de ingressos para os não sócios em muitos dos eventos por elas organizados.

Cabe mencionar, por fim, a reviravolta que a relação das associações dessa região da cidade com a elite carioca sofreu no fim do período aqui focado. Se a população da Cidade Nova e da zona portuária conviveu, ao longo desses vinte anos, com a vigilância e a perseguição constantes por parte da polícia – mas, também, da ideologia dominante no período – sobre suas manifestações culturais, ironicamente, a consolidação de um novo tipo de prática cultural vinculada a elementos da classe trabalhadora foi abraçada pelos dominantes como verdadeira “salvação do carnaval carioca”. Trata-se dos ranchos, agremiações recreativas introduzidas pela comunidade baiana radicada na capital da República, que, resgatando elementos da tradição católica, como os reisados, e produzindo uma sonoridade diferente, alicerçada em

⁴¹ Ibidem.

⁴² Arquivo Nacional – GIFL – Fundo Polícia – Pacote 179 – Caixa 5360 – GIFL – 6C – 171.

⁴³ *A Nação*. Rio de Janeiro. nº 39 (p. 2). 09/02/1904.

conjuntos de cordas, com pouco espaço para a percussão, destoavam, em alguns aspectos, das práticas privilegiadas pelo núcleo populacional negro estabelecido há mais tempo na região, as quais constituíam um dos principais focos da repressão que se abatia sobre os trabalhadores daquela área⁴⁴.

O SUBÚRBIO DE INHAÚMA: O SER SUBURBANO E A SOCIABILIDADE CENTRADA NO ASPECTO LOCAL

Não é exagerada a afirmação de que a história dos subúrbios cariocas confunde-se com a história da expansão da malha ferroviária do Rio de Janeiro. Embora, predominantemente, financiada pelo capital estatal – na virada para o século XX, quase 90% dos trilhos brasileiros eram garantidos pelo poder público⁴⁵ –, essa malha teve, por sua vez, seu desenvolvimento estreitamente vinculado aos interesses e às necessidades do capital privado. Segundo Gláucia Fraccaro,

a disposição da ferrovia na cidade em muito determinou a constituição do espaço. As distribuições dos trilhos refletiram e ajudaram na criação e difusão de casas e de estabelecimentos industriais, já que as estações só eram construídas em locais de interesse para as indústrias.⁴⁶

O caso de Inhaúma, por sua vez, também não escapou a essa regra geral. Nesse distrito, a ocupação de tipo urbano se iniciara, por volta da década de 1870, como consequência da valorização das terras locais, que resultara da inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 1858, bem como da subsequente instalação de suas estações⁴⁷. Na passagem do século XIX para o XX, a malha ferroviária da região ganhou impulso significativo, na medida em que mais três estradas de ferro atravessaram seu território, juntando-se à Estrada de Ferro Central do Brasil, antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II. Foram elas: The Leopoldina Railway, antiga Estrada de Ferro do Norte, a Estrada de Ferro Rio D'Ouro e a Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil⁴⁸.

No início do período analisado, um segundo fator veio a influenciar também, diretamente, na configuração que o distrito de Inhaúma então possuía, determinando ainda uma outra maneira pela qual a expansão da malha ferroviária atenderia aos

⁴⁴ CUNHA, Maria Clementina P. *Ecossistemas...* op. cit., pp. 209-239.

⁴⁵ FRACCARO, Gláucia Cristina C. *Morigerados e revoltados. Trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)*. Campinas: UNICAMP, (Dissertação, Mestrado, 2008, pp. 14-15.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 15.

⁴⁷ Ao final do Império, a então freguesia de Inhaúma continha seis estações da EFDP II: Cascadura, Venda Grande (Engenho Novo), Engenho de Dentro, Piedade, Cupertino e Encantado. MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos...* op. cit., p. 1 e p. 24.

⁴⁸ *Ibidem*, pp. 24-25.

interesses do capital privado em afirmação. Trata-se da reforma urbana iniciada pelo prefeito Pereira Passos e continuada por seus sucessores. Embora não haja dúvidas de que o foco primordial desse empreendimento tenha sido a região central da cidade, os subúrbios sentiram, de maneira intensa, seus reflexos.

O principal impacto sobre essas regiões foi, provavelmente, o deslocamento de grandes contingentes populacionais para os subúrbios. Com a demolição das habitações coletivas, no Centro, e o grande aumento experimentado pelos aluguéis, naquela região, os trabalhadores tiveram que buscar alternativas mais viáveis de moradia. Conforme já dito na seção anterior, uma primeira saída adotada foi a de subir os morros do Centro da cidade, o que tinha o atrativo principal de não distanciar muito os trabalhadores de seus empregos e de suas redes de sociabilidade já constituídas. Além disso, não implicava em pagamento de aluguel, uma vez que os próprios trabalhadores poderiam construir suas residências nos lotes não regulamentados. A segunda opção foi ir para os distritos suburbanos, onde os preços dos terrenos disponíveis para construção e os valores dos aluguéis eram mais módicos. O distrito de Inhaúma foi uma opção recorrente naquele contexto, sem dúvida, por ser o mais próximo do Centro da cidade. O impacto desse deslocamento sobre Inhaúma pode ser aferido pelo crescimento populacional do distrito entre 1890 e 1906, quando seu número de habitantes saltou de 17.448 para 67.478 – um crescimento de 293% em contraste com a média de 55% da cidade como um todo⁴⁹.

A efetiva ocorrência desse movimento de trabalhadores rumo aos subúrbios parece ainda mais evidente se for considerada a expansão do serviço de trens verificada no mesmo período: entre os anos de 1900 e 1910, o número de horários de trens servindo os subúrbios (fosse indo, ou vindo do centro), passou de 63 para 202⁵⁰. É nesse contexto, portanto, que a malha ferroviária carioca passa a desempenhar um segundo papel na sustentação da economia da cidade, aliando ao transporte de mercadorias o traslado da força de trabalho que, diariamente, deixava a zona suburbana para trabalhar no Centro.

O perfil desses trabalhadores que se dirigiram para os subúrbios do Rio de Janeiro, na virada para o século XX, simultaneamente expulsos do Centro pela sua reordenação e atraídos pelo baixo custo dos terrenos nas regiões mais afastadas, já foi objeto de amplos debates na historiografia. De modo geral, a bibliografia clássica sobre o assunto – especialmente, aquelas obras em que o desenvolvimento dos subúrbios aparece apenas como consequência das transformações operadas no Centro da cidade

⁴⁹ Ibidem, p. 1.

⁵⁰ Ibidem, pp. 27-29.

– tendeu a ver os trabalhadores que deixaram a região central como sendo, predominantemente, aqueles que dispunham de empregos mais estáveis e/ou uma remuneração mais alta. A argumentação, via de regra, sustentou-se no fato de que eles seriam os únicos que poderiam arcar com os custos do transporte diário, via trem, para trabalharem em locais afastados, com óbvio destaque para o Centro da cidade. Um autor que se vinculou, claramente, a essa perspectiva foi Jaime Benchimol, que, através do exame de textos de Lima Barreto, caracterizou esse contingente de trabalhadores como sendo composto por operários, militares de todas as patentes, funcionários públicos, entre outros⁵¹.

Trabalhos mais recentes, como o de Cristiane Miyasaka, têm relativizado essa hipótese, através, fundamentalmente, da análise de dados dos censos produzidos no final do século XIX e no início do XX. Em sua dissertação de mestrado, Miyasaka argumentou que um grande número de trabalhadores menos qualificados – e, portanto, sujeitos a maior instabilidade e salários mais baixos – também teriam buscado os subúrbios como alternativa de moradia⁵².

Ambos autores, entretanto, concordam que houve um crescimento importante da economia dos subúrbios, em geral, e de Inhaúma, em particular, no período compreendido entre 1900 e 1920. Se Benchimol ressalta o fato de que diversas indústrias foram atraídas, especialmente após o início da Primeira Guerra Mundial, para essas regiões mais distantes do Centro pelo baixo preço dos terrenos e pela concentração de força de trabalho⁵³, Miyasaka destaca o desenvolvimento do pequeno comércio e do setor de prestação de serviços, como, por exemplo, médicos, construtores, etc. nos subúrbios⁵⁴. Trata-se, sem dúvida, de processos complementares, em que a concentração de trabalhadores contribuiu para atrair os empreendimentos fabris, os quais atraíam mais trabalhadores, que, por sua vez, necessitam de um comércio de pequena monta para suprir suas necessidades, etc. Em função disso, a composição da força de trabalho de Inhaúma, no início de século XX, destacou-se por sua heterogeneidade. Se, por um lado, tratava-se do distrito da cidade com maior população empregada na indústria, com 11.240 trabalhadores enquadrados nessa categoria, por outro, esse número era seguido, de perto, pelos contingentes de trabalhadores domésticos, de trabalhadores braçais e de jornaleiros,

⁵¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990. p. 260.

⁵² MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos...* op. cit., p. 53.

⁵³ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos...* op. cit., p. 262.

⁵⁴ MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos...* op. cit., pp. 38-39.

sendo também digno de nota o crescimento do número de trabalhadores empregados no comércio⁵⁵.

A existência de toda essa economia voltada para as necessidades locais teve como consequência o necessário desenvolvimento de uma camada de pequenos proprietários enraizada nos próprios subúrbios. Essa elite proprietária suburbana caracterizou-se pela teia de relações ambíguas que teceu, tanto com o restante das classes dominantes, baseadas em pontos considerados mais nobres da cidade, quanto em relação aos seus trabalhadores e seus vizinhos proletarizados. No que se refere ao primeiro grupo, se, de um lado, eram atraídos pelo *glamour* propagandeado pelas frações mais abastadas da classe dominante, que tinham contato mais direto com o universo europeu, de outro, não deixavam de nutrir certo ressentimento decorrente de sua condição de fração dominada pela classe proprietária. Em relação ao segundo grupo, apesar do antagonismo inerente ao vínculo entre patrão e empregado, o pequeno porte da maioria dos estabelecimentos da região, principalmente, os de comércio, favorecia uma relação mais pessoal entre os dois polos. Ademais, o elemento de conflito latente nas relações entre a elite suburbana e a elite “central” era, muitas vezes, canalizado para a construção de um sentimento de “comunidade suburbana”, tendente a se sobrepor às distinções de classe através da ideia de que todos os habitantes das regiões mais distantes seriam vítimas do descaso das frações dominantes das elites cariocas, preocupadas apenas com as regiões da cidade tidas como nobres⁵⁶. Era esse o tipo de relação que estava na base de episódios como aquele em que Ernesto Nogueirol, um ex-funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil, se reunira, na sede de uma sociedade recreativa, com pequenos proprietários do Engenho de Dentro a fim de publicar um jornal em defesa dos interesses dos moradores da região⁵⁷.

A organização associativa desse grupo reflete, talvez melhor do que qualquer outro aspecto de sua experiência, essas relações contraditórias. Nas décadas de 1880 e

⁵⁵ Ibidem, pp.48-49.

⁵⁶ Os suburbanos, trabalhadores ou não, poderiam expressar o descontentamento decorrente desse descaso, justamente, através do uso de suas sociedades carnavalescas, preparando préstitos o mais suntuosos que lhes fosse possível para o dia em que desfilassem no Centro do Rio de Janeiro, símbolo maior, posto que inscrito na própria urbanização da cidade, do poder das frações dominantes da burguesia carioca. A importância desses desfiles para os habitantes do subúrbio pode ser atestada pelo fato de que, em 1904, ano cujo carnaval foi tido como de vacas magras, pelo menos uma, se não duas, das sociedades de Inhaúma garantiu sua presença. *A Nação*. Rio de Janeiro. nº 23 (p. 3). 24/01/1904.

⁵⁷ Analisando alguns periódicos surgidos em Inhaúma, na primeira década do século XX, Cristiane Miyasaka percebeu uma orientação comum a eles, justamente no sentido de reforçar esses laços da “comunidade suburbana”. Enfatizando os anúncios de eventos culturais, de estabelecimentos comerciais, de textos literários, de queixas aos serviços públicos e de informações sobre a vida social da região, esses periódicos conferiam pouca atenção às questões políticas da cidade e do país. MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos...* op. cit., pp. 54-74.

de 1890, essa elite suburbana fora responsável por um verdadeiro *boom* na fundação das sociedades carnavalescas e recreativas que seguiam os moldes propugnados pela elite do Centro da cidade, tendo dado novo impulso a essa forma associativa no período entre 1911 e 1920⁵⁸. Exemplificando as contraditórias relações mencionadas, uma das mais destacadas dessas sociedades, a dos Pingas Carnavalescos, apoiou, explicitamente, as reformas urbanas da gestão de Pereira Passos⁵⁹, que atendiam aos interesses do grande capital. Das cinco agremiações localizadas, no âmbito dessa pesquisa, no distrito de Inhaúma, pouco mais de 6% do total de associações cujos endereços foram determinados, pelo menos duas delas, Pingas e Pepinos, ambas localizadas no Engenho de Dentro, vinculam-se, claramente, às elites suburbanas. Não deixa de ser significativo que tais associações tenham sido citadas, como opções de lazer para os trabalhadores, por dois periódicos distintos, editados por militantes, *A Nação* e *Rio de Janeiro*, em um intervalo relativamente grande de tempo, isto é, em 1904 e em 1910⁶⁰. Essa convivência interclassista, no interior dessas sociedades, foi igualmente percebida pela força policial do período. Em dois relatórios distintos de 1912, dois inspetores afirmavam que os Pingas e os Pepinos eram compostos, respectivamente, por operários, por negociantes do comércio e por empregados do comércio, e por operários e por negociantes⁶¹.

Esse fenômeno tendeu a se expressar também nos nomes adotados pelas associações dessa região suburbana – elementos, como foi visto no tópico anterior, sempre dotados de bastante significado para os sócios. Dentre esses nomes, não foi localizado nenhum que se referisse ao universo do trabalho, fosse em termos de alguma categoria específica, fosse através da ideia de “operariado” ou de “trabalhadores” como uma classe única.

Retomando a importância atribuída às estradas de ferro para o desenvolvimento histórico dos subúrbios cariocas, a forte presença de elementos harmônicos, nas relações entre os trabalhadores e o patronato, nas associações recreativas de Inhaúma, pode estar relacionada também ao peso da categoria dos ferroviários, na região, especialmente, aqueles empregados na Estrada de Ferro Central do Brasil. Angela de Castro Gomes e Gláucia Fraccaro perceberam um claro predomínio de orientações políticas “amarelas” no sindicalismo dos ferroviários⁶². Para

⁵⁸ CUNHA, Maria Clementina P. *Ecossistemas...* op. cit., pp. 118-119 e p. 164.

⁵⁹ *Ibidem*, nota 169, p. 344.

⁶⁰ *A Nação*. Rio de Janeiro. nº 23 (p. 3). 24/01/1904. *Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. nº 3 (p. 3). 10/11/1910.

⁶¹ Arquivo Nacional – GIF – Fundo Polícia. Doc. Pol. Pacote 416 – Caixa 5553.

⁶² GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* op. cit., p. 114. e FRACCARO, Gláucia Cristina C. *Morigerados e...* op. cit., p. 87.

Fraccaro, esse fenômeno é explicado pelo regime de trabalho desfrutado por parte dos trabalhadores da EFCB, como “titulados”, isto é, funcionários públicos que tinham acesso a uma série de direitos que os contratados por jornada de trabalho, os jornaleiros, não tinham acesso. De acordo com a autora, a proximidade dos trabalhadores com o poder público, que era o responsável pelos seus reajustes salariais, dentre outras coisas, e a busca da condição de titulados pelos jornaleiros da EFCB estariam na origem desse comportamento sindical mais voltado para a negociação com o Estado, em detrimento das manifestações grevistas, que, não obstante, também aconteceram no período analisado⁶³.

Ainda que prevalecesse, entre os trabalhadores dos escritórios da EFCB⁶⁴, essa condição de titulados estabelecia, como dito, um horizonte de possibilidade bastante atraente para os operários da companhia. De qualquer maneira, a administração da EFCB buscou ampliar sua ingerência sobre o operariado a seu serviço de outras maneiras. Estando a principal oficina da companhia localizada, no Engenho de Dentro, em seus arredores foram construídas uma vila operária, uma escola de instrução primária e uma escola prática de aprendizes, “com a finalidade de ministrar o ensino de desenho geométrico e de peças de máquinas”⁶⁵.

Por fim, cabe destacar que esse argumento não significa uma determinação unilateral e/ou imediata da postura política predominante entre os ferroviários de Inhaúma sobre as características assumidas pelo associativismo da região. Trata-se, antes, de buscar compreender a experiência dos trabalhadores, em sua totalidade, observando os pontos de contato e de mútua determinação entre seus múltiplos aspectos, permitindo uma aproximação à racionalidade que informava seu comportamento, nos diversos espaços que frequentavam, sem perder de vista as contradições que surgiam e se desenvolviam no bojo dessa vivência.

A ZONA FABRIL NO DISTRITO DA GÁVEA: EXPRESSÃO FESTIVA DA IDENTIDADE OPERÁRIA E AMBIGUIDADE NA RELAÇÃO COM O PATRONATO

Se a história do distrito suburbano de Inhaúma, na passagem do século XIX para o XX, vincula-se à expansão da malha ferroviária carioca, o distrito da Gávea deve o adensamento de sua ocupação à concessão pública, em 1871, da licença para que a Companhia de Ferro Carril do Jardim Botânico estendesse as linhas de bondes puxados por burros até a área, atualmente ocupada pelo bairro do Jardim Botânico. Nos anos

⁶³ Ibidem, pp. 71-77.

⁶⁴ Ibidem, p. 71.

⁶⁵ Ibidem, pp. 37-38.

seguintes, a Companhia tratou de expandir essas linhas para as demais regiões do distrito, tornando-o mais atrativo para moradores e para empresários dos ramos do comércio e da indústria. Foi esse o impulso principal para que as chácaras da região passassem, cada vez mais, a dividir seu espaço – ou mesmo a serem substituídas – com as fábricas têxteis que se instalavam na região⁶⁶.

Ainda que significativa para a área, essa ocupação não chegou a representar, em um primeiro momento, grandes mudanças para a configuração demográfica da cidade. De acordo com o censo de 1906, por exemplo, a Gávea era o segundo menos populoso distrito da zona urbana da cidade, com 12.750 habitantes. Tal dado ganha ainda maior destaque se for considerado que o distrito da Gávea era, em termos de área, o maior dentre os distritos urbanos⁶⁷.

Em termos do associativismo recreativo, a região, que congregava apenas 1,5% da população da cidade, reunia quase 10% das agremiações localizadas, que eram formadas ou frequentadas por trabalhadores, o que equivale a oito associações no universo das 77 já mencionadas. A importância da indústria têxtil, na economia da região, – com fábricas como Corcovado, Carioca, São Félix, entre outras – foi acompanhada por seu protagonismo, em outras instâncias da vida cotidiana do distrito, e o associativismo com fins recreativos e de lazer não constituiu exceção. Embora das oito agremiações localizadas apenas três delas se identificassem com esse universo dos trabalhadores têxteis – Club Musical Recreativo Carioca, Sociedade Recreativa Pessoal da Corcovado e a mais obscura Carioca Corcovado –, elas são responsáveis por cerca da metade dos registros de festas e de atividades encontrados nos periódicos operários daquela região. Note-se que o fato de as sociedades construírem-se em referência direta às fábricas não significava que apenas os trabalhadores dessas pudessem se associar, havendo filiações de não operários ou filiações cruzadas, isto é, de operários de uma fábrica que eram filiados a sociedades mantidas por trabalhadores de outra, como foi o caso dos operários da fábrica Corcovado, filiados ao Club dos trabalhadores da Carioca⁶⁸. Esse fenômeno pode ser uma evidência da mobilidade da força de trabalho da região, sendo o trabalho contratado por uma fábrica quando dispensado da anterior.

A indústria têxtil constituiu um ramo de trabalho recheado de especificidades quando comparado ao contexto carioca do período. Responsáveis pelas maiores indústrias e concentrações de operários – esses eram, ainda, relativamente poucos em

⁶⁶ Disponível: <www.marcilio.com/rio/enlagoar.html>. Acesso em: 19/07/2009.

⁶⁷ MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos...* op. cit., p. 34 e p. 187.

⁶⁸ *Gazeta Operária*. Rio de Janeiro. nº 1 (p. 3). 28/09/1902.

relação à totalidade da força de trabalho da cidade⁶⁹ –, foram, quase sempre, geridas de acordo com um padrão específico da relação entre patrão e empregado. Tal modelo, que se pode, genericamente, qualificar como paternalista, objetivava construir, ideologicamente, a fábrica como um espaço de convivência harmoniosa – e não conflituosa – entre os dois polos da mencionada relação, em que patrões e empregados seriam parceiros, sendo aqueles responsáveis pela tutela desses.

O aspecto prático dessa construção ideológica repousava, em larga medida, nos complexos construídos às margens das fábricas, que tinham como objetivo interferir no cotidiano dos operários fora dos espaços de trabalho. Tais complexos podiam ter composições variadas – os mais completos dispoendo de escolas, de creches, de armazéns e de capelas –, porém seu centro era sempre constituído pelas vilas operárias.

As vilas, por sua vez, objetivavam estabelecer um espaço de disciplinamento e de controle da força de trabalho, atraindo os trabalhadores através da cobrança de aluguéis mais baratos do que os praticados em outras regiões e situações. Além de garantir um suprimento regular de força de trabalho para seus proprietários, as vilas tinham por função viabilizar a prolongada permanência de trabalhadores qualificados nos quadros das fábricas⁷⁰. O papel desempenhado pelas vilas, na constituição do modo de dominação qualificado como paternalista, desdobrava-se em duas dimensões. Ideologicamente, suas casas apareciam como uma concessão dos patrões aos trabalhadores, que tentavam consolidar, perante os trabalhadores, a imagem de bondosos e preocupados com seu bem-estar. Em termos práticos, o poder de escolher os ocupantes das casas das vilas operárias conferia ao patronato um importante instrumento de controle sobre os trabalhadores, na medida em que atitudes condenáveis – como a participação em greves, por exemplo – poderiam ser punidas com a perda do local de moradia, além do emprego. Os rígidos regulamentos das vilas complementavam esse quadro, disciplinando os hábitos e o comportamento do operariado. As vilas eram, em suma, espaços de prolongamento da influência do patrão sobre a vida cotidiana dos trabalhadores, ainda que esses, evidentemente, encontrassem espaços para suas práticas e para seus significados próprios, além de possibilidades de resistência à dominação do patronato e do Estado.

Uma boa síntese da funcionalidade das vilas operárias na dominação do operariado fabril carioca foi construída por Jaime Benchimol, ao afirmar que

⁶⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e...* op. cit., p. 15.

⁷⁰ GOLDMACHER, Marcela. *O cotidiano dos trabalhadores têxteis no Rio de Janeiro do início do século XX*. Comunicação apresentada à 3ª Jornada de História do Trabalho do GT Mundos do Trabalho da ANPUH. Niterói, 2006, p. 3.

as vilas operárias [...] estavam articuladas à implantação na cidade de grandes fábricas, sobretudo têxteis, e a uma etapa determinada da formação do operariado fabril. Especialmente, localizavam-se nas imediações das fábricas, em arrabaldes distantes do centro, constituindo verdadeiros 'enclaves', em vias de serem incorporados à malha urbana como parte de zonas residenciais em formação [...] as vilas operárias constituíam, também, instrumentos para a formação ideológica ou 'moral' do proletariado carioca, na medida em que, além de proporcionarem abrigo, submetiam seus moradores a determinado modo de viver, a regulamentos disciplinares por vezes bastante rígidos⁷¹.

Inseridas no bojo dessa convivência próxima, as associações recreativas dos trabalhadores da região apresentavam características próprias que eram complementares a esse modo de vida. O mundo do trabalho fazia-se fortemente presente nessas associações, tanto em termos formais, quanto na própria sociabilidade que ali se gestava. Se, conforme já foi salientado, as sociedades construídas, em estreita referência com a categoria dos trabalhadores têxteis, tinham grande importância na vida social da região, o patronato tinha presença marcante no âmbito dessas agremiações. Não é difícil encontrar, nos periódicos operários, por exemplo, relatos de que as diretorias das fábricas eram saudadas, nas festas e nas paradas, organizadas por essas agremiações. Em um caso mais extremo, cuja frequência é difícil de avaliar em função do caráter esparso das fontes utilizadas, o Club Musical Recreativo Carioca chegou a receber, em 1902, doações em dinheiro de diretores e de gerentes da fábrica de tecidos Carioca, pertencente à Companhia América Fabril⁷². Tal ajuda era, certamente, impensável para os trabalhadores da Cidade Nova e da Zona Portuária, que se desdobravam para financiar suas sociedades recreativas através das mensalidades.

Apesar dessa inequívoca presença do patronato, na vida associativa dos trabalhadores têxteis, não foi encontrada, nessa pesquisa, nenhuma evidência de que tais associações tenham sido fundadas sob influência imediata dos proprietários e dos gerentes das fábricas. A única interferência direta da qual se encontrou menção foi feita por Marcela Goldmacher, ao apontar a organização de trabalhadores têxteis através da Associação de Operários da América Fabril, criada, já em 1919, com

⁷¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos...* op. cit., p. 292.

⁷² De acordo com a Gazeta Operária, as doações, não justificadas na matéria, por qualquer razão especial, foram as seguintes: "A directoria, 100\$, o sr. Frederich Buower, director, 50\$, do sr. George Casev, gerente, 50\$; dos membros dos teares, sr. William Poughton, 10\$000". *Gazeta Operária. Rio de Janeiro*. nº 1 (p. 3) 28/09/1902.

características mutualistas, como parte da estratégia de controle da vida dos operários em um momento de ascensão do movimento grevista⁷³.

Mesmo no caso das associações que não construíam sua identidade em torno da condição de trabalhador têxtil, os operários das fábricas do setor têxtil da região compunham o grosso do conjunto de associados. Além deles, havia alguns empregados do ramo do comércio como é, de acordo com registros policiais datados dos anos de 1914 e de 1918⁷⁴, o caso da Sociedade Carnavalesca Chuveiro de Ouro. Nessa sociedade, assim como em diversas outras situadas na zona portuária da cidade, o local de moradia aparece como um importante fator de aproximação dos associados. Em 1906, por exemplo, 11 dos 21 membros, cujos endereços constam do pedido de licença, encaminhado à polícia, para sair no carnaval residiam à rua Jardim Botânico e sete à rua Lopes Quintas⁷⁵.

Para além dessa imersão no universo da indústria e dos operários têxteis, a vida associativa dos trabalhadores da Gávea e do Jardim Botânico apresentou outras duas características que merecem destaque. A primeira é o fato de que a institucionalização formal das sociedades pareceu adquirir uma grande importância para aqueles trabalhadores, indo além da mera necessidade de obtenção da cobertura legal para o seu funcionamento. Essa valorização expressou-se, fundamentalmente, através da prática de que as sociedades enviassem, regularmente, representantes especificamente designados para os bailes, as paradas e as festas realizadas por suas congêneres⁷⁶. Essas visitas de representação desdobraram-se, por diversas vezes, na organização conjunta de eventos e de festividades por parte dessas sociedades. Além disso, cabe mencionar o fato de as comissões das sociedades com fins culturais terem sido enviadas, até mesmo, para uma romaria ao cemitério São João Batista, organizada pelos próprios operários em homenagem aos companheiros falecidos⁷⁷.

Em segundo lugar, destaca-se, na descrição das atividades das agremiações da região, a prática teatral. Fosse no âmbito das sociedades vinculadas aos trabalhadores têxteis, como é o caso da Sociedade Recreativa do Pessoal do Corcovado, que

⁷³ GOLDMACHER, Marcela. *O cotidiano...* op. cit., p. 4.

⁷⁴ Arquivo Nacional – GIFL – Fundo Polícia. IJ6 648; e Arquivo Nacional – GIFL – Fundo Polícia – Pacote 310 – Caixa 5669 – GIFL – 6C – 480.

⁷⁵ Arquivo Nacional – GIFL – Fundo Polícia. Pacote 179. Caixa 5360 (GIFL – 6C – 171).

⁷⁶ Exemplos das atividades destas delegações podem ser encontrados em *Gazeta Operária. Rio de Janeiro*. nº 1 (pp.3-4) 28/09/1902; nº 4 (p. 4) 19/10/1902; nº 5 (p. 4) 26/10/1902; nº 10 (p. 4) 30/11/1902; nº 15 (p. 3) 04/01/1903.

⁷⁷ *Gazeta Operária*. Rio de Janeiro. nº 7 (p. 3). 09/11/1902.

mantinha em funcionamento o Grêmio Dramático José da Cruz⁷⁸, ou das demais sociedades, a montagem de peças amadoras, nas quais os próprios trabalhadores atuavam⁷⁹, aparece como uma das principais atividades desenvolvidas, ao contrário do que ocorria, por exemplo, na zona portuária, onde predominavam, amplamente, os bailes e os demais festejos em que a música era o centro das atenções.

Apesar de todo esse quadro em que se multiplicavam as formas de interferência dos proprietários das fábricas têxteis e de seus prepostos sobre a vida e o cotidiano do operariado do distrito da Gávea, o movimento político construído por esses trabalhadores, no período aqui analisado, alcançou um grau excepcionalmente alto de combatividade. Marcela Goldmacher, em uma pesquisa que enfocava o período entre 1890 e 1917, encontrou 34 paralisações grevistas, motivadas por problemas e por reivindicações bastante diversos entre si, dos têxteis cariocas, tendo sido essa a categoria mais ativa de toda a cidade⁸⁰.

MATIZES DO ASSOCIATIVISMO RECREATIVO CARIOCA: ENSAIANDO ALGUMAS EXPLICAÇÕES

A observação e a análise das associações construídas e mantidas ou, simplesmente, frequentadas pelos trabalhadores cariocas, nessas três regiões, permitem que sejam apontadas, como é indispensável, em abordagens comparativas, as semelhanças entre os três casos, chegando, quiçá, a alguns traços estruturantes do associativismo desses trabalhadores como um todo, assim como suas diferenças.

Em primeiro lugar, cabe destacar que, nos três casos, o fator “local de moradia” desempenhou um papel preponderante na aglutinação dos trabalhadores, para participarem das referidas agremiações. Ainda que apenas um pequeno número – 9 das 47 associações encontradas, nas três regiões, ou 19% desse total – das sociedades tenha se constituído tendo o local de moradia como eixo norteador explícito da identidade que se buscava gestar ou reafirmar⁸¹, a proximidade das moradas dos associados de todas as agremiações que têm essa informação disponível não deixa dúvidas nesse sentido, sendo comum, inclusive, os casos de sócios de uma mesma

⁷⁸ Em uma outra evidência da proximidade existente entre trabalhadores e patronato, no ramo têxtil, José da Cruz, homenageado pela referida sociedade, era o próprio criador da Fábrica Corcovado, na qual trabalhava a maior parte dos membros da agremiação.

⁷⁹ *Gazeta Operária*. Rio de Janeiro. nº 6 (p. 4). 02/11/1902.

⁸⁰ GOLDMACHER, Marcela. *O cotidiano...* op. cit., p. 1.

⁸¹ Esse dado foi inferido através da análise dos nomes dados às associações pelos trabalhadores, considerando-se aquelas que mencionassem a região onde funcionavam como sendo articuladas em torno das localidades.

sociedade que habitavam o mesmo endereço, na maioria das vezes, tratando-se, provavelmente, de habitações coletivas como os cortiços, as avenidas, etc.

Ainda assim, parece importante marcar a distinção entre o que se verificou, de um lado, no distrito de Inhaúma e, de outro, nas outras duas regiões. No primeiro caso, o fator local parece ter articulado, em larga medida, o associativismo dos habitantes da região, influenciando, com maior força, na própria subjetividade que ali se produzia. Já nos outros dois locais, não sendo esse um elemento explicitamente acionado pelos membros das sociedades na mesma proporção em que aparece como decisivo para a aproximação dos membros das associações, pode-se especular que fatores mais objetivos, como a relativa precariedade do sistema de transportes urbano ou o custo das passagens, tenham tido relevância na aproximação de vizinhos em seus momentos de recreação.

Em segundo lugar, deve-se mencionar o fato de que o universo do trabalho esteve, frequentemente, ainda que de variadas formas, em contato com as práticas associativas desenvolvidas pela classe trabalhadora carioca. Se, em alguns casos, a inserção comum ou próxima, no mercado de trabalho, constituiu o próprio fator aglutinador dos sócios – principalmente, como foi visto, no caso da zona fabril do distrito da Gávea, mas, pelo menos, também com a já mencionada Sociedade Dansante dos Marítimos Carnavalescos da zona portuária –, em outros, as características específicas apresentadas pelas sociedades de determinadas áreas puderam ser, ao menos parcialmente, explicadas com referência às categorias de trabalhadores mais influentes dessas mesmas áreas. Um exemplo é o da região da zona portuária e da Cidade Nova, na qual a notável proliferação de agremiações não pode, certamente, ser compreendida em separado das peculiaridades da sociabilidade ali construída pelos trabalhadores, fortemente marcada pelos elementos de uma cultura afro-brasileira. Apesar disso, não parece exagerado supor que as características do trabalho, na carga e na descarga no porto, bastante importantes na região, tenham contribuído para que a manutenção cotidiana dessas associações fosse possível, conforme explicitado com mais vagar no tópico relativo a essa região da cidade. De resto, a proliferação de sociedades nessa região poderia ser, também, uma forma de expressão das múltiplas rivalidades estabelecidas entre os próprios trabalhadores – como, por exemplo, negros contra portugueses – em função das disputas cotidianas por trabalho, que eram típicas do setor⁸².

Já no caso do distrito suburbano de Inhaúma, esse cruzamento do associativismo com o mundo do trabalho parece ter se dado de uma forma ainda

⁸² ARANTES, Érika Bastos. *O porto...* op. cit., p. 80.

diferente. Ali, a convivência próxima dos empregados com o patronato, nos pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços, associada ao peso dos trabalhadores ferroviários e a sua tradição política de um sindicalismo de colaboração de classes na região, pode estar fortemente relacionada ao fato de que o universo associativo foi, particularmente, marcado por uma convivência interclassista. Note-se, no entanto, que, no caso da Gávea, esse tipo de relação não parece ter se constituído, uma vez que a presença do patronato, nas agremiações frequentadas pelos trabalhadores, muitas vezes sendo aqueles elogiados por estes, não se traduziu em um arrefecimento da militância dos trabalhadores da área, conforme já demonstrado.

Esses comentários levam a duas importantes observações. De um lado, cabe assinalar que a análise do processo formativo de qualquer classe deve ser sempre conduzida de modo a que se evitem os seccionamentos radicais entre o que se passa dentro e o que se passa fora do ambiente de trabalho, o que, por sua vez, não implica, de maneira nenhuma, na sustentação de determinismos unilaterais. Implica, sim, na percepção de que as condições objetivas a que os trabalhadores estão sujeitos, uma vez mais, tanto dentro, quanto fora do local de trabalho, mantém relações complexas e multilaterais com a subjetividade coletivamente construída por esses trabalhadores, em todos os espaços em que se inserem. Uma evidência disso é o peso que cada fator enfocado como, por exemplo, o local de moradia, a inserção no mercado de trabalho, a convivência com o patronato, etc., teve na relação específica com os trabalhadores de cada uma das três regiões analisadas.

De outro lado, a percepção da multiplicidade de que se revestiu a experiência dos trabalhadores cariocas, no terreno do associativismo recreativo como, de resto, em todos os demais, não pode ser tomada como um elemento para sustentar negações apriorísticas de que uma consciência de classe comum tenha sido construída pelos próprios trabalhadores. Ao contrário, apesar dessa multiplicidade, na composição das agremiações – fosse no que se refere aos elementos que aglutinavam esses trabalhadores, fosse em suas relações com o patronato, fosse em determinadas práticas de condução das associações –, essas podem, certamente, ser inseridas no bojo do processo geral de constituição da classe trabalhadora, de sua cultura e de sua consciência. Sua existência não apenas respondeu a um sentido comum, nos termos do processo histórico então vivenciado, mas também alicerçou, concretamente, a constituição de uma percepção da similaridade de sua situação naquela sociedade, conforme demonstram trabalhos como o de Maria Clementina Cunha, o de Leonardo

Pereira⁸³, entre outros. Em uma interessante virada do argumento comumente apresentado, a construção dessa consciência classista, por parte de um contingente tão heterogêneo de trabalhadores, pode, então, ser tomada como um índice da profundidade e da força desse processo.

Recebido em 20/12/2009

Aceito para publicação em 07/03/2010

⁸³ CUNHA, Maria Clementina P. *Ecos da...* op. cit. e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina P. *Carnavais e outras f(r)estas*. Ensaios de História Social da Cultura. Campinas: UNICAMP, 2002, pp. 419-444.